



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 08 de maio de 2024.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	48.173	55.722
Contas a Receber	5	3.676	1.493
Estoques	7	2.849	3.764
Tributos a Compensar	8	5.078	4.806
Despesas Antecipadas		132	3
Outros Créditos	6	2.752	2.494
Total do ativo circulante		62.660	68.282
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	4.053	2.895
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		4.008	2.827
Outros Valores a Receber		45	68
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	173.827	174.130
Intangível		105	119
Total do ativo não circulante		178.015	177.174
Total do Ativo		240.675	245.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante			
Fornecedores	13	2.868	2.544
Obrigações Trabalhistas	11	3.645	4.791
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	135.039	133.295
Obrigações Societárias		1	1
Contas a Pagar	13	232	619
Outros Passivos	14	2.821	2.849
Receitas Antecipadas	15	799	977
Total do passivo circulante		145.405	145.076
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	72.315	102.657
Provisão para contingências	16	54.305	55.494
Créditos para aumento de capital	19.a	320.816	302.047
Receitas Antecipadas	15	22.973	23.284
Total do passivo não circulante		470.409	483.482
Total do passivo		615.814	628.558
Passivo a descoberto			
Capital Social	18	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	24.034	27.942
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	19.b	69.635	69.635
Prejuízos acumulados	20	(901.651)	(913.522)
Total do patrimônio líquido		(375.139)	(383.102)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		240.675	245.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
		2023	2022	2023	2022
Receita Líquida dos serviços	22	50.599	45.903	23.559	21.413
Custos operacionais	23	(19.363)	(31.518)	(9.342)	(15.307)
Lucro Bruto		31.236	14.385	14.217	6.106
(Despesas)/Receitas operacionais		(17.585)	(2.893)	(7.872)	(9.477)
Despesas administrativas e gerais	24	(19.211)	(19.174)	(9.175)	(9.959)
Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos	25	809	(912)	124	(901)
Despesas tributárias		(971)	(789)	(382)	(416)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	26	1.039	6.480	1.356	(378)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	10	-	-	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	27	749	11.502	205	2.177
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		13.651	11.492	6.345	(3.371)
Receitas financeiras	28	3.812	4.100	1.909	2.020
Despesas financeiras	28	(31.337)	(28.786)	(16.255)	(14.872)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(13.874)	(13.194)	(8.001)	(16.223)
IRPJ e CSLL	29	27.523	-	27.523	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	20.b	13.649	(13.194)	19.522	(16.223)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
		2023	2022	2023	2022
Resultado do Período		13.649	(13.194)	19.522	(16.223)
Outros Resultados Abrangentes					
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	21	(3.908)	6.155	(5.120)	5.838
Resultado Abrangente Consolidado do Período		9.741	(7.039)	14.402	(10.385)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 18)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 19.a)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 21)	Lucros/(Prejuízos) acumulados (Nota 20.b)	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021		432.843	69.635	20.881	(702.802)	(179.443)
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a				50	50
Lucro/Prejuízo líquido do período	20.b				(13.194)	(13.194)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			6.155		6.155
Em 30 de junho de 2022		432.843	69.635	27.036	(715.946)	(186.432)
Mutações do período		-	-	6.155	(13.144)	(6.989)
Em 31 de dezembro de 2022		432.843	69.635	27.942	(913.522)	(383.102)
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a				(1.778)	(1.778)
Lucro/Prejuízo líquido do período	20.b				13.649	13.649
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			(3.908)		(3.908)
Em 30 de junho de 2023		432.843	69.635	24.034	(901.651)	(375.139)
Mutações do período		-	-	(3.908)	11.871	7.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do período	20.b	13.649	(13.194)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	10	6.160	3.198
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	(3.908)	6.155
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a	(1.778)	50
Impostos Diferidos	29	(27.523)	-
Provisões (reversão) para contingências judiciais	26	(1.039)	(6.480)
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	25	(809)	912
Despesas de atualização monetária	28	18.769	12.421
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(1.375)	(1.556)
Estoques	7	915	588
Tributos a Compensar/Recuperar	8	(272)	(821)
Despesas antecipadas		(129)	(77)
Outros créditos	6	(258)	160
Outros ativos não circulantes	9	(1.158)	52
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	324	881
Obrigações Trabalhistas	11	(1.146)	2.305
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	(1.075)	4.317
Receitas Antecipadas	15	(415)	(570)
Outras Obrigações	13/14	(489)	-
Outros passivos não circulantes	16	(150)	(1.239)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(1.707)	14.302
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Juros sobre investimentos		-	-
Devolução de investimentos		-	-
Aquisições de imobilizado	10	(5.842)	(20.377)
Aquisições do Intangível		-	(57)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.842)	(20.434)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.549)	(6.132)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	55.722	70.658
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	48.173	64.526
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.549)	(6.132)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de seis meses findos em 30 de junho de	
		2023	2022
1	Receitas	58.286	63.096
1.1	Vendas de mercadoria, produtos e serviços	56.459	52.106
1.2	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	809	(912)
1.3	Outras Receitas	1.018	11.902
2	Insumos adquiridos de terceiros	(11.239)	(10.501)
2.1	Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.103)	(10.619)
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.070)	(6.026)
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos	(105)	(336)
2.4	Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	1.039	6.480
3	Valor adicionado bruto	47.047	52.595
4	Retenções	(6.160)	(9.198)
4.1	Depreciação e amortização	(6.160)	(9.198)
5	Valor adicionado líquido	40.887	43.397
6	Valor adicionado recebido em transferência	3.812	4.100
6.1	Receitas financeiras	3.812	4.100
7	Valor adicionado a distribuir	44.699	47.497
8	Valor adicionado distribuído	44.699	47.497
8.1	Pessoal	17.893	21.699
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	13.268	15.681
8.1.2	Benefícios	3.170	4.233
8.1.3	FGTS	1.455	1.785
8.2	Impostos, taxas e contribuições	(18.180)	10.206
8.2.1	Federais	(19.609)	7.993
8.2.2	Estaduais	4	3
8.2.3	Municipais	1.425	2.210
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	31.337	28.786
8.3.1	Juros e Correção Monetária	31.337	28.786
8.3.2	Aluguéis	-	-
8.4	Remuneração de capitais próprios	13.649	(13.194)
8.4.1	Lucros retidos / Prejuízo do período	13.649	(13.194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30

https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=9157351&inf... 4/20

de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020, tendo sido renovado pelo 6º aditivo nº 001/2020, com vigência até 15/12/2023.

Ressalta-se que no citado Convênio, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN. O Grupo de Trabalho concluiu o estudo em 10/12/2020, que, a CODERN aguarda definição do Ministério Supervisor, quanto à concretização do assunto. Em 25/07/2022 o Porto de Maceió enviou ofício nº 088/2022, apresentando interesse de realizar a gestão de forma independente, informando ainda que fora contratada Empresa para prestar consultoria especializada, se encontrando em fase de finalização dos estudos de viabilidade. Solicitou ainda o sobrestamento do cronograma de implantação da reestruturação organizacional da CODERN, por 90 dias. Nesse sentido a CODERN solicitou à SEST, postergação do prazo de implantação do referido cronograma para o dia 30/12/2022. Em 17/03/2023, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia encaminhou ao Porto de Maceió ofício nº 17/2023, pronunciamento sobre a conclusão do Estudo de Viabilidade, contratado por aquela Unidade Portuária. A CODERN permanece no aguardo da posição da APMC. Em 16 de maio de 2023, a APMC encaminhou ofício 058/2023, informando a conclusão do Estudo de Viabilidade, o qual concluiu pela capacidade econômica e financeira da APMC de realizar sua gestão independente. O citado Estudo foi devidamente encaminhado ao Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNPTA/MINFRA.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência a granel líquido petróleo e seus derivados.

1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R4) - Demonstrações Intermediárias (IAS 34).

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 30 de junho de 2023 a Companhia apresenta lucro no montante de R\$ 13.649 mil. Os lucros durante este período foram principalmente atribuídos à receita tributária no valor de R\$ 27.523 mil, originada da utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL no programa Quita PGFN conforme portaria PGFN nº 8.798./2022. No tocante ao montante de prejuízo acumulado do período totaliza R\$ 901.651 mil (R\$ 913.522 mil em 31/12/2022).

O 2º Trimestre de 2023 foi marcado por uma baixa operacional no Porto de Natal. Na segunda quinzena de abril, a CMA-CGM, principal armador frutífero, realizou sua última operação, encerrando as operações de Contêineres no Porto de Natal. Tal retirada refletiu em uma queda de 32% na movimentação do Porto em relação ao mesmo período do ano anterior, e uma queda de 65% em relação ao 1º Trimestre de 2023.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, arrendado ao Consórcio Intersal, apresentou uma queda de 16% na movimentação realizada em comparação com o resultado apresentado no 1º trimestre. Os meses de Abril e Junho apresentaram as menores movimentações desde o início do contrato de arrendamento, ficando abaixo das 100.000 toneladas/mês, devido ao baixo quantitativo de navios operados nos referidos meses.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte entra em 2024 com o objetivo de mitigar os impactos causados pelas mudanças que ocorreram no contexto operacional de seus Portos Organizados no ano de 2023.

Considerando que o Porto de Natal foi impactado negativamente pela queda de 33% no escoamento de frutas, ocasionada pela saída da CMA-CGM, armador francês que transitava as cargas frutíferas pelo Porto, para reverter esse cenário, ações estão sendo tomadas para que 2024 seja o ponto de virada para a modernização das suas operações e para a retomada do crescimento consistente. Ações de impacto imediato para este ano estão em curso, com a atração de novas cargas (Sondas Terrestres e Cargas Vivas), a ampliação da operação de açúcar e do sal em big bag e a continuidade das operações de frutas em pallets, realizada pela empresa Agrícola Famosa. Aliado a isso, somam-se as ações preparatórias para os arrendamentos de áreas no pátio norte, pátio sul e o Terminal Marítimo de Passageiros, projetando receitas perenes por 25 anos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

2.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

2.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

2.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em Operação	Taxa Anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	Taxa Anual
Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

2.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

2.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

2.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

2.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

2.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

2.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas formais sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi realizado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2023	31/12/2022
Recursos em bancos	63	1.451
Fundo Rotativo	17	2
Recursos do Tesouro - SIAFI	17.152	21.788
Aplicações financeiras	30.941	32.481
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.173	55.722

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 6,60% no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2023, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve redução de 21% no saldo de recursos do tesouro, principalmente pela aplicação de recursos recebidos da União para adequações no Terminal Salineiro de Areia Branca.

4. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e contas a receber	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	11.695	10.320
Menos: Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa	(8.019)	(8.827)
Total Contas a Receber	3.676	1.493

5. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU - 2º câmara.

Os saldos estão apresentados a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos	702	620
Outros Valores a receber	473	493
Servidores Cedidos	203	109
Valores a Receber de Terceiros	3.641	3.543
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.271)	(2.271)
Mercadoria em Trânsito	4	0
Total Devedores Diversos	2.752	2.494

6. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Material de consumo permanente Sede	315	533
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	2.375	2.986
Material de consumo permanente Maceió	159	245
Total	2.849	3.764

Houve redução de 24% nos saldos de estoque, a redução foi ocasionada principalmente em função de venda de itens de estoque ao arrendatário do Tersab.

7. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Tributos Retidos na Fonte	2.480	2.276
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	38	1.461
Outros Impostos a Recuperar/Compensar	7.948	6.457
(-) Provisão de perda s/ tributos a Recuperar	(5.388)	(5.388)
Total	5.078	4.806

Há provisão de perda para o valor de INSS parcelado no PERSE (R\$ 4.978 mil), porém, parte das contribuições parceladas já estavam pagas (o fato está sendo discutido em processo judicial junto a PGFN).

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e clientes a receber em período superior à 12 meses, assim especificados:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	45	60
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	8.993	8.213
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(4.985)	(5.386)
Outros valores a receber	0	8
Total	4.053	2.895

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de junho de 2023 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Saldo líquido em							
	Custo em 31/12/2022	Adições	Baixas/ Ajustes	Custo em 30/06/2023	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	30/06/2023	31/12/2022
Imobilização	592.683	3.259	0	595.941	(249.918)	(265.679)	80.345	82.403
Imobilização Marítima	58.301	124	0	58.425	(10.619)	(33.008)	14.798	15.074
Imobilização Acostagem	436.883	3.135	0	440.017	(172.144)	(219.301)	48.572	47.931
Imobilização Terrestre	496	0	0	496	(230)	0	266	266
Imobilização Acostagem	2.224	0	0	2.224	(947)	(1.086)	191	199
Imobilização Móveis	94.780	0	0	94.780	(65.978)	(12.284)	16.517	18.933
Imobilização	102.808	470	0	103.279	(27.825)	(68.101)	7.353	7.334
Imobilização Beneficentária	96	0	0	96	0	0	96	96
Imobilização Beneficentária	81.243	32	0	81.276	(11.788)	(64.840)	4.648	4.762
Imobilização Móveis	12.631	0	0	12.631	(9.779)	(1.828)	1.024	1.111
Imobilização Móveis, Aparelhos e Equipamentos	4.499	174	0	4.673	(3.244)	(873)	556	485
Imobilização Móveis de Informática	1.858	142	0	2.000	(1.276)	(366)	358	224
Imobilização Móveis Utensílios	1.028	79	0	1.107	(814)	(143)	150	80
Imobilização Móveis Utensílios	551	0	0	551	(591)	0	(40)	(25)
Imobilização Móveis Ferramentas	120	0	0	120	(82)	0	37	44
Imobilização Móveis Conjuntos de Reposição	783	43	0	826	(251)	(51)	524	558
Imobilização Móveis	63.955	0	0	63.955	(1.286)	0	62.669	63.047
Imobilização Móveis Marítima	3.113	0	0	3.113	(116)	0	2.997	3.031
Imobilização Móveis Acostagem	60.842	0	0	60.842	(1.170)	0	59.672	60.016
Imobilização Móveis em Curso	21.347	2.114	0	23.460	0	0	23.460	21.347
	780.793	5.842	0	786.635	(279.029)	(333.779)	173.827	174.130

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2022, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca;
- ✓ UGC Porto de Natal;
- ✓ UGC Terminal de Passageiros;
- ✓ UGC Porto de Maceió.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2022	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Saldo em 30/06/2023
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	173.153	0	0	173.153
UGC Porto de Natal	95.921	0	0	95.921
UGC Terminal de Passageiros	47.449	0	0	47.449
UGC Porto de Maceió	17.256	0	0	17.256
Total	333.779	0	0	333.779

10. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Salários e Remunerações a Pagar	6	613
Provisão para Férias	2.501	3.007
Provisão para 13º Salário	919	0
Outras Obrigações Trabalhistas	199	211
Reclamações Trabalhistas a Pagar	19	960
Total obrigações fiscais e trabalhistas	3.645	4.791

11. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Encargos Sociais e Previdenciários	123.216	114.163
INSS a Pagar	21.106	20.429
FGTS a pagar	150	252
Plano de Previdência Complementar	101.592	93.045
INSS - Autônomos	292	278
INSS - Terceiros	76	159
Obrigações Fiscais	11.823	19.132
Tributos Federais a Recolher	6.508	12.124
Tributos Federais - Terceiros	0	208
Parcelamentos Fiscais - Federais	4.139	4.790
Tributos Municipais	514	603
Parcelamentos Fiscais - Municipais	662	1.407
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	135.039	133.295

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Encargos Sociais e Previdenciários	60.851	58.441
Plano de Previdência Complementar	60.851	58.441
Obrigações Fiscais	11.464	44.216
Parcelamentos Fiscais - Federais	8.018	41.295
Tributos Municipais	2.921	2.921
Outras Obrigações Fiscais	525	0
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	72.315	102.657

Os valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, assim discriminadas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	101.592	93.045
PORTUS RTSA	38.528	34.350
Portus - Retido dos Empregados	879	887
PORTUS Assistidos	3.798	3.599
PORTUS - Contribuição Patronal	23.014	21.933
Portus - Parcelado	30.363	28.697
Portus - TCF	4.964	3.537
Portus - Contribuição Extraordinária	46	42
Passivo não circulante	60.851	58.441
PORTUS RTSA	7.671	9.258
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	39.759	40.636
Déficit Atuarial - Portus	13.421	8.547
Total	162.443	151.486

12. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores de bens e materiais	1.793	1.781
Fornecedores de serviços	1.075	763
Total fornecedores	2.868	2.544

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Água e Esgoto	0	8
Energia Elétrica	215	577
Telefone	2	2
Internet	0	2
Empregados	11	6
Estagiários	0	5
Terceiros	4	19
Total contas a pagar	232	619

13. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	2.495	2.718
Valores Pendentes de Classificação	121	121
Tribunal Regional do Trabalho	14	-
Outras Obrigações	189	8
Contribuição Sindical	1	1
CPMF	1	1
Total contas a pagar	2.821	2.849

14. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área denominada MAC 13 (Porto de Maceió) e nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Os valores recebidos antecipadamente serão realizados como receita no período de 25 anos (prazo do arrendamento).

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Receitas Antecipadas - curto prazo	799	977
Terminal Salineiro de Areia Branca	621	621
Mac 13	178	356
Receitas Antecipadas - longo prazo	22.973	23.284
Terminal Salineiro de Areia Branca	14.501	14.812
Mac 13	8.472	8.472
Total	23.772	24.261

15. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Ido em 31 de dezembro de 2022	37.190	964	17.340	55.494
Provisões constituídas no período	2.615	2.833	1.437	6.885
Reversões de provisões	0	(112)	0	(112)
Reversões	(1.358)	(977)	(5.627)	(7.962)
Ido em 30 de junho de 2023	38.447	2.708	13.150	54.305

16.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 30.06.23, totalizou R\$ 2.708 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 04 processos em andamento, relativos a diferenças salariais, os quais apresentam valores irrisórios.

Na filial Maceió, temos 13 processos em andamento, dentre estes, registra-se 02 de maior relevância no valor de R\$ 438 e 417 mil e correspondem a vantagens de horas extras e reflexos, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

16.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde à valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 30.06.2023, totalizou R\$ 38.447 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 38.269 corresponde a um processo da matriz, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril/97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife. Processo remetido ao setor de cálculo para manifestação quanto às impugnações das partes, e processo de indenização por danos materiais e morais.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. A dívida se encontra em fase de negociação.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processos em trâmite, sendo o mais relevante no valor de R\$ 178 mil, relativo à M. Fabian.

16.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde à valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 30.06.2023 o montante de R\$ 13.150 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na filial Maceió, temos 04 processos em andamento, sendo o processo de maior relevância no total de R\$ 892 mil, tendo como credor a Fazenda Nacional.

16.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30.06.2023 somou R\$ 152.041 mil, assim especificadas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Causas trabalhistas	8.313	5.285
Causas fiscais	4.938	9.170
Causas cíveis	138.790	132.406
Total	152.041	146.861

Na matriz, temos 65 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R\$ 317 mil), verbas trabalhistas (R\$ 533 mil), aguardando audiência inicial, indenização de horas extras (R\$ 301 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa, bem como indenização por danos morais (R\$ 550 mil), aguardando julgamentos de recursos ordinários interpostos por ambas as partes.

Na matriz, temos 08 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, cujo débito de maior relevância totaliza R\$ 15.000 mil, onde verifica-se garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na matriz, temos 45 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 53.814 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização(R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução e execução de título extrajudicial (R\$ 21.463).

Na filial Maceió, existem 14 processos referentes a causas trabalhistas, sendo que o mais relevante, refere-se às verbas trabalhistas, no valor de R\$ 748 mil, referentes horas extras e reflexos.

17. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R2) - benefício a empregados.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Déficit Atuarial	13.421	8.547
Total	13.421	8.547

O Déficit atuarial vem reduzindo periodicamente em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price. O aumento observado no 1º semestre de 2023 foi gerado em função de ajustes realizados pelo Porto de Maceió para correção de lançamentos de anos anteriores, além de perdas atuariais apontadas no estudo atuarial do período.

17.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 13.421 mil em 30/06/2023 (R\$ 8.457 mil em 31/12/2022), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção					
	31 dez 23	1 abril 23	30 jun 23	1 jan 23	31 mar 23	1 out 22 31 dez 22
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	67.068.929		63.658.833		63.094.613	65.585.437
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	20.089		9.076		8.639	11.932
3. Custo dos juros	2.901.267		1.484.873		1.482.895	1.478.147
4. Contribuições de participantes do plano	669		389		598	(1.693)
5. Benefícios pagos	(3.099.387)		(1.437.189)		(1.586.603)	(1.456.536)
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-		3.063.416		378.037	(2.809.413)
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-		-		-	2.081.509
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-		3.374.764		242.703	(1.749.900)
6.c. Ajustes de experiência	-		(311.348)		135.334	(3.141.022)
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-		-		-	-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-		-		-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	570.185		289.531		280.654	286.739
9. Emendas no plano	-		-		-	-
10. Reduções	-		-		-	-
11. Liquidações	-		-		-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	67.461.752		67.068.929		63.658.833	63.094.613

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção					
	31 dez 23	1 abril 23	30 jun 23	1 jan 23	31 mar 23	1 out 22 31 dez 22
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	13.848.251		14.275.065		13.544.240	14.087.573
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-		(1.026.719)		329.580	(1.063.177)
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	72.543		36.393		35.571	34.375
4. Contribuições dos participantes	669		389		598	(1.693)
5. Benefícios pagos (líquido)	(3.099.387)		(1.437.189)		(1.586.603)	(1.456.536)
6. Receita dos juros	619.430		337.871		325.397	324.395
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	570.185		289.531		280.654	286.739
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	2.344.174		1.170.462		1.149.883	1.130.962
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	524.456		202.448		195.745	201.602
11. Emendas no plano	-		-		-	-
12. Reduções	-		-		-	-
13. Liquidações	-		-		-	-
14. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-	-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	14.880.321		13.848.251		14.275.065	13.544.240

(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção					
	31/12/2023	1 abril 23	30 jun 23	1 jan 23	31 mar 23	1 out 22 31 dez 22
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>						
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	20.089		9.076		8.639	11.932
2. Custo líquido dos juros	2.271.676		1.147.002		1.157.498	1.153.752
2.1 Custo dos juros da obrigação	2.901.267		1.484.873		1.482.895	1.478.147
2.2 Receita de juros ativos	(619.430)		(337.871)		(325.397)	(324.395)
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(10.161)		-		-	-
3. Custo do serviço passado	-		-		-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-		-		-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-		-		-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-		-		-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	2.291.765		1.156.078		1.166.137	1.165.684
<u>Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</u>						
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(24.034.081)		(27.893.709)		(27.942.166)	(26.195.930)
10. Perdas (ganhos) atuariais	-		3.063.416		378.037	(2.809.413)
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-		1.026.719		(329.580)	1.063.177
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-		-		-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	(10.812)		(230.507)		-	-
14. Custo total reconhecido em ORA	(24.044.893)		(24.034.081)		(27.893.709)	(27.942.166)

(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção			
	31 dez 23	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(14.880.321)	(13.848.251)	(14.275.065)	(13.544.240)
2. Valor justo dos ativos do plano	14.880.321	13.848.251	14.275.065	13.544.240
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(52.581.431)	(53.220.678)	(49.383.768)	(49.550.373)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(52.581.431)	(53.220.678)	(49.383.768)	(49.550.373)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	42.264.299	42.774.093	43.098.749	42.943.433
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	7.264.038	7.027.697	6.686.698	6.628.809
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Extraordinárias	14.821.266	14.708.790	13.961.255	13.834.174
7 (Passivo) / Ativo líquido residual (6 + 6.1 + 6.2 + 6.3)	11.768.172	11.289.902	14.362.934	13.856.043
7.1. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	251.480	230.507	-	-
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(52.329.951)	(52.990.171)	(49.383.768)	(49.550.373)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	42.264.299	42.774.093	43.098.749	42.943.433
9. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)	(10.065.652)	(10.216.078)	(6.285.019)	(6.606.940)

(*) Considerando que o valor do contrato esteja registrado no balanço da empresa

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	Projeção			
	31 dez 23	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	230.507	-	-	-
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	251.480	230.507	-	-
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	20.973	230.507	-	-
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(10.161)	-	-	-
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	10.812	230.507	-	-

(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção			
	31/12/2023	1 abril 23_30 jun 23	1 jan 23_31 mar 23	1 out 22_31 dez 22
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(52.990.171)	(49.383.768)	(49.550.373)	(51.497.864)
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(2.291.765)	(1.156.078)	(1.166.137)	(1.165.684)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	(4.090.135)	(48.457)	1.746.236
4. Contribuições do empregador para o plano	2.941.173	1.409.303	1.381.199	1.366.939
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	10.812	230.507	-	-
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(52.329.951)	(52.990.171)	(49.383.768)	(49.550.373)

17.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	30 jun 23			31 mar 23			31 dez 22		
1. Principais Categorias de Ativos (%)									
1.a Disponível		0,000%		0,000%		0,000%		0,000%	
1.b Realizável (Prev e Adm)		72,912%		73,626%		73,788%		73,788%	
Contribuições Contratadas		68,238%		68,173%		68,445%		68,445%	
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...		4,675%		5,453%		5,343%		5,343%	
1.c Títulos Públicos		2,204%		3,833%		3,770%		3,770%	
1.d Créditos Privados e Depósitos		0,000%		0,000%		0,000%		0,000%	
1.e Ações		3,235%		3,701%		4,006%		4,006%	
1.f Fundos de Investimentos		10,824%		7,938%		8,422%		8,422%	
Renda Fixa		N/D		N/D		0,000%		0,000%	
Imobiliário		N/D		N/D		0,000%		0,000%	
1.g Investimentos Imobiliários		4,99%		4,98%		4,63%		4,63%	
1.h Empréstimos e Financiamentos		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
1.i Precatório - FND		5,78%		5,86%		5,33%		5,33%	
1.j Outros - Depósitos Judiciais		0,05%		0,05%		0,05%		0,05%	
Total		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%	

2. Principais Categorias de Ativos (montante)			
2.a Disponível	-	-	-
2.b Realizável (Prev e Adm)	45.988.345	46.484.419	46.205.550
Contribuições Contratadas	43.039.860	43.041.681	42.859.565
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	2.948.485	3.442.738	3.345.985
2.C Títulos Públicos	1.390.304	2.420.145	2.361.009
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e Ações	2.040.607	2.336.793	2.508.712
2.f Fundos de Investimentos	6.826.927	5.011.984	5.273.474
Renda Fixa	N/D	N/D	N/D
Imobiliário	N/D	N/D	N/D
2.g Investimentos Imobiliários	3.147.185	3.147.172	2.899.961
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i Precatório - FND	3.647.174	3.702.203	3.337.486
2.j Outros - Depósitos Judiciais	32.984	32.984	32.984
Total Ativo	63.073.526	63.135.700	62.619.177
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-	-
(-) Contribuições Contratadas	(43.039.860)	(43.041.681)	(42.859.565)
(-) Contribuições em atraso	-	(798.699)	(606.227)
(-) Uso Próprio	N/D	N/D	N/D
(-) Exigível Operacional	(1.260.646)	(572.718)	(596.413)
(-) Exigível Contingencial	(380.533)	(376.580)	(428.156)
(-) Fundo Previdencial	(2.274.329)	(1.797.349)	(2.358.166)
(-) Fundo de Investimento	-	-	-
(-) Fundo administrativo	(2.421.903)	(2.364.549)	(2.403.935)
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa (*) - inicial	13.696.255	14.184.124	13.366.715
Rentabilidade referente ao período projetado	106.787	111.200	100.437
Saldo Previdencial referente ao período projetado	45.209	(20.259)	77.088
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - final	13.848.251	14.275.065	13.544.240

(*) Equivale ao Ativo Justo Total da CODERN (APMC+PN+TAB) após segregação.

17.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1. Taxa de desconto (nominal)	9,010%	9,768%	9,824%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,010%	9,768%	9,824%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%	-3,50%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A

G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1. Data efetiva	30 nov 22	30 nov 22	30 nov 22
2. Participantes ativos (passivo principal)	66	66	66
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	248	248	248
3.a. Aposentados	153	153	153
3.b. Pensionistas	95	95	95
4. Número total de participantes	314	314	314

H. Período de amortização	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1. Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	0,00	0,00
2. Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,09	7,09	7,07

J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção			
	31/12/2023	1 abril 23 30 jun 23	1 jan 23 31 mar 23	1 out 22 31 dez 22
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	3.099.387	1.437.189	1.586.603	1.456.536
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	72.543	36.393	35.571	34.375
3. Contribuições esperadas dos participantes	669	389	598	(1.693)
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	570.185	289.531	280.654	286.739
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	524.456	202.448	195.745	201.602
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	2.344.174	1.170.462	1.149.883	1.130.962

Legenda: N/A - Não Aplicável
N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	1 abril 23 30 jun 23		1 jan 23 31 mar 23	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	29.670.424	33.988.409	29.086.504	34.008.109
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	9.076	-	8.639	-
3. Custo dos juros	699.426	785.447	689.449	793.444
4. Contribuições de participantes do plano	389	-	598	-
5. Benefícios pagos	-	(1.437.189)	-	(1.586.603)
6. (Ganho) / perda atuarial	1.176.776	1.886.640	(114.766)	492.805
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	1.706.906	1.667.858	121.819	120.884
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(530.130)	218.782	(236.585)	371.921
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	-	-	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	289.531	-	280.654
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	31.556.091	35.512.838	29.670.424	33.988.409

1. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de junho de 2023 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

2. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital - Atualizável	30/06/2023	31/12/2022
Porto de Natal e Areia Branca	83.033	78.205
Saldo Principal	26.765	26.765
Correção Selic	23.490	20.543
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	32.778	30.897
Porto de Maceió	237.783	223.842
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	237.783	223.842
Total	320.816	302.047

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Intantamentos para Futuro Aumento de Capital - Não Atualizável	30/06/2023	31/12/2022
equação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	67.350	67.350
plantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
equação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
udos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
uisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal - No Estado do RN	460	460
Total	69.635	69.635

3. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -1.778 mil (R\$ 50 mil em 2022).

Ajustes de Exercícios Anteriores	30/06/2023	30/06/2022
Provisão/Reversão Contingências	(155)	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Portus	(1.279)	0
Tributos a Compensar	(307)	0

Outros Ajustes	(37)	50
Total	(1.778)	50

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Lucro de R\$ 13.649 mil em 30/06/2023 (prejuízo de R\$ 13.194 mil em 30/06/2022), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, impostos diferidos, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R\$ 9.207 mil em 30/06/2023 (R\$ 2.857 mil em 30/06/2022), conforme o quadro a seguir:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Resultado líquido	13.649	(13.194)
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	6.160	9.198
Perdas/Reversão pela não Recuperabilidade de Ativos	0	0
Impostos Diferidos	(27.523)	0
Provisões/Reversão para contingências judiciais	(1.039)	(6.480)
Provisões/Reversão para perdas com créditos esperadas	(809)	912
Despesas de atualização monetária	18.769	12.421
Resultado líquido ajustado	9.207	2.857

4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou uma perda ganho líquida de R\$ 3.908 mil em 30/06/2023 (ganho líquido de R\$ 6.155 em 30/06/2022) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 17.1.

5. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
ta bruta dos serviços prestados				
tas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	16.933	11.962	8.080	5.660
tas da Infraestrutura de Acostagem	888	2.606	494	1.341
tas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	12.658	20.869	5.338	10.029
tas por Movimentação de Cargas	0	2.752	0	1.371
tas de Armazenagem	5.768	2.710	2.673	1.426
tas por Diversos Padronizados	3.994	5.258	1.634	1.667
tas com Contratos de Arrendamento	13.644	5.875	6.919	2.882
tas Alternativas	2.574	74	1.257	56
da Receita bruta	56.459	52.106	26.395	24.432
postos sobre serviços prestados	(5.860)	(6.203)	(2.836)	(3.019)
ta líquida dos serviços prestados	50.599	45.903	23.559	21.413

Houve aumento de 10% na receita líquida do semestre, sendo o aumento mais relevante originado do Porto de Maceió, os quadros abaixo demonstram a receita líquida por Porto.

Porto de Natal	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
ta bruta dos serviços prestados				
tas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	1.338	949	837	323
tas da Infraestrutura de Acostagem	299	404	170	179
tas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	1.258	841	710	247
tas por Movimentação de Cargas	0	0	0	0
tas de Armazenagem	581	219	500	118
tas por Diversos Padronizados	3.715	3.221	1.499	643
tas com Contratos de Arrendamento	484	364	248	180
tas Alternativas	385	74	161	56
da Receita bruta	8.060	6.072	4.125	1.746
postos sobre serviços prestados	(479)	(504)	(290)	(176)
ta líquida dos serviços prestados	7.581	5.568	3.835	1.570

Houve aumento de 36% na Receita Líquida do Porto de Natal em função de aumento na Receita de Infraestrutura de Acesso Aquaviário e Operacional, além de diversos padronizados, decorrente do maior quantitativo de navios que realizaram operação no Porto.

Terminal Salineiro de Areia Branca	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
ta bruta dos serviços prestados				
tas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	6.052	5.354	2.707	2.667
tas da Infraestrutura de Acostagem	21	1.483	21	722

tas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	4	11.859	4	5.908
tas por Movimentação de Cargas	0	2.752	0	1.371
tas de Armazenagem	44	68	36	45
tas por Diversos Padronizados	74	1.783	48	907
tas com Contratos de Arrendamento	5.404	0	2.701	0
tas Alternativas	7	0	4	0
da Receita bruta	11.606	23.299	5.521	11.620
postos sobre serviços prestados	(1.067)	(3.241)	(519)	(1.615)
ta líquida dos serviços prestados	10.539	20.058	5.002	10.005

Houve redução de 47% na Receita Líquida do Terminal Salineiro de Areia Branca em função do Arrendamento do Terminal a partir de 01/11/2022.

Porto de Maceió	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
ta bruta dos serviços prestados				
tas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	9.541	5.658	4.534	2.670
tas da Infraestrutura de Acostagem	569	719	303	440
tas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	11.396	8.169	4.624	3.875
tas por Movimentação de Cargas	0	0	0	0
tas de Armazenagem	5.143	2.423	2.138	1.263
tas por Diversos Padronizados	206	255	88	116
tas com Contratos de Arrendamento	7.756	5.511	3.970	2.702
tas Alternativas	2.182	0	1.092	0
da Receita bruta	36.793	22.735	16.749	11.066
postos sobre serviços prestados	(4.314)	(2.458)	(2.027)	(1.228)
ta líquida dos serviços prestados	32.479	20.277	14.722	9.838

Houve aumento de 60% na receita líquida do Porto de Maceió em função do acréscimo na Receita de armazenagem do sal.

6. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	8.049	12.991	3.890	6.513
Serviços	5.732	6.807	2.865	2.770
Materiais	371	3.812	110	1.997
Depreciação	5.211	7.908	2.477	4.027
Total	19.363	31.518	9.342	15.307

Houve redução de 39% nos custos operacionais do semestre, sendo observado as seguintes causas em relação a cada grupo:

- Pessoal: Redução de 38%, devido as rescisões via PDVE ocorridos em 2022;
- Serviços: Redução de 16% motivado pelo Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca;
- Materiais: Redução de 90% ocasionado principalmente pelos custos com combustíveis e gêneros alimentícios na operação do Terminal Salineiro de Areia Branca, o qual foi arrendado em novembro/2022;
- Depreciação: Redução de 34% motivado pela perda com recuperabilidade de ativos (impairment), ocorrido em dez/2022.

7. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	12.889	12.677	5.993	6.816
Serviços de Terceiros	4.670	4.451	2.342	2.165
Utilidades	146	307	55	99
Despesas Gerais	1.048	1.138	555	572
Depreciação	458	601	230	307
Total	19.211	19.174	9.175	9.959

Não foi observado variação relevante no semestre, sendo verificado que a principal variação ocorreu no grupo de utilidades e despesas gerais, em função de transferência de despesas com software do grupo de utilidades para despesas gerais, além da redução dos gastos em função do arrendamento do Tersab.

8. Despesas com perdas estimadas sobre créditos

Refere-se às Perdas Estimadas Sobre Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais, de acordo com as notas 3.4 e 5.

9. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para contingências	(6.948)	(4.430)	(6.629)	(357)
Reversão de provisões	7.987	10.910	7.985	(21)
Saldo líquido de provisões constituídas	1.039	6.480	1.356	(378)

10. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
Outras Receitas	1.637	11.902	903	2.360
Reembolso de Despesas	2	-	2	-
Receitas Eventuais	-	-	-	-
Venda de Sucatas	325	644	325	396
Liberação de Depósito Recursal	-	-	-	-
Taxa para Operação Portuária	2	2	1	-
Reversão de déficit atuarial	471	691	256	301
Outorga EMPAT MAC 13	-	10.565	-	1.663
Venda de Almoarifado ao Arrendatário	837	-	319	-
Outras Despesas	(888)	(400)	(698)	(183)
Ajustes de Estoques	(105)	(336)	(84)	(142)
Patrocínios	-	(37)	-	(37)
Multas	(163)	(27)	-	(4)
Custo Almoarifado vendido	(620)	-	(614)	-
Total de Outras Receitas/Despesas	749	11.502	205	2.177

As principais variações nas receitas ocorreram por conta da receita com outorga EMPAT MAC 13 recebida em mar/22 no Porto de Maceió. Já as principais variações da despesa ocorreram por conta de ajustes de estoques em inventários, multas e custo com inventário vendido a arrendatária do Tersab.

11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras	3.812	4.100	1.909	2.020
Juros Ativos	592	610	543	399
Variações Monetárias Ativas	451	460	228	237
Multas Ativas	29	36	10	19
Descontos Obtidos	11	311	11	21
Juros s/ ações	0	0	0	0
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	1	0	0	0
Outras Receitas Financeiras	0	2.683	0	1.344
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	2.651	0	1.040	0
Juros Correção Monetária s/Bloqueio Judicial	77	0	77	0
Despesas Financeiras	(31.337)	(28.786)	(16.255)	(14.872)
Juros Passivos	(1.395)	(2.075)	(1.375)	(764)
Variações Monetárias	(325)	(41)	(210)	3
Encargos Financeiros AVP	0	0	0	0
Atualização Monetária	(572)	(938)	(218)	(518)
Despesas Bancárias	(60)	(54)	(28)	(34)
Multas	(114)	(637)	(58)	(205)
Juros s/PORTUS	(3.149)	(3.608)	(1.629)	(2.034)
Variação Monetária s/PORTUS	(5.378)	(8.463)	(2.357)	(4.908)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2678/98	(18.769)	(12.421)	(9.447)	(6.108)
Atualização Monetária - INSS	(475)	(331)	(239)	(178)
Ar. Mont. s/ dívida CODERN	(910)	(123)	(505)	(126)
Outras Despesas Financeiras	(190)	(95)	(189)	(0)
Total do resultado financeiro	(27.525)	(24.686)	(14.346)	(12.852)

Houve redução de 7% na receita financeira, principalmente pela redução de descontos obtidos em função de negociações de débitos tributários junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Houve aumento de 9% na despesa financeira, a variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento de atualização monetária dos créditos da união para aumento de capital.

12. IRPJ e CSLL

A Companhia possui prejuízos fiscais de bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributáveis futuros, no entanto, não estão registrados no balanço patrimonial conforme nota 3.13. Em janeiro/2023 a Codern teve deferido o seu pedido de adesão ao programa Quita PGFN nos

termos da portaria PGFN nº 8.798./2022, tendo se utilizado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débito tributário junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Descrição	Período de seis meses findos em 30 de junho		Período de três meses findos em 30 de junho	
	2023	2022	2023	2022
Contribuição Social	7.535	0	7.535	0
Imposto de Renda	19.988	0	19.988	0
Total	27.523	0	27.523	0

13. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme Deliberação CONSAD nº 02/2023, de 31/01/2023.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. Atualmente este cargo se encontra vago.

14. Eventos Subsequentes

31.1 Imunidade Tributária

Considerando que a Companhia vem apresentando déficit financeiros nos últimos 5 anos, considerando ainda a redução da Receita Operacional da CODERN, em vista do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca a partir de 01/11/2022, a CODERN ingressou com processo judicial, a fim de pleitear imunidade tributária dos impostos relativos a ISS, IPTU e IPVA, de Natal e Areia Branca, uma vez que é uma Empresa Pública Federal, concessionária de serviços públicos pertinentes ao funcionamento de portos organizados do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso XII, alínea f, da Constituição Federal, sendo qualificada como Autoridade Portuária pela Lei nº 8.630/93, e, posteriormente, pela Lei nº 12.815/13, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme se constata de seu Estatuto Social, e precedentes do STF.

Com relação ao pleito ao Município de Areia Branca, em 28/09/2022, a 1ª Vara Federal emitiu Decisão favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela para reconhecer a imunidade tributária recíproca referente ao IPTU e ISS da CODERN em face do Município de Areia Branca.

Quanto aos impostos de Natal/RN, na mesma data, a 1ª Vara Federal, emitiu Despacho intimando a parte para apresentar manifestação sobre o pedido de tutela de urgência, no prazo de 10 dias, e no prazo de 15 (quinze) dias mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido no presente feito.

Em 28/10/2022, o Juiz da 1ª Vara Federal proferiu decisão favorável à CODERN, reconhecendo a imunidade tributária recíproca à CODERN, relativo ao ISS do Município de Natal.

No tocante aos impostos estaduais (ICMS e IPVA), em 24/10/2022, a 1ª Vara Federal - RN, intimou a parte autora para mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido na presente demanda, bem como para juntar comprovante das custas iniciais complementares, caso necessário, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito.

A CODERN foi intimada a se manifestar no prazo de 05 dias sobre a petição, quanto à alegação de que a autora figura apenas como contribuinte de fato do ICMS, não podendo se opor ao pagamento da carga tributária incidente sobre o contribuinte de direito não imune, conforme despacho do Juiz da 1ª Vara Federal, emitido em 20/01/2023.

Em 03/02/2023, o Juiz da 1ª Vara Federal, proferiu sentença favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela ("DIANTE DO EXPOSTO, defiro o pedido de antecipação de tutela, para reconhecer a imunidade tributária recíproca em favor da CODERN relativamente ao IPVA e ao ICMS do Estado do Rio Grande do Norte, declarando suspensa a exigibilidade de tais tributos, bem como determinando que a parte demandada se abstenha de inscrever os valores em dívida ativa, de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa e de incluir o nome da autora no CADIN").

Em março/2023 foi apresentado atualização de valores, relativo à Ação Declaratória de Imunidade do Município de Natal e concedida tutela de urgência. Aguardando manifestação do Município.

Vale ressaltar que, após o trânsito em julgado dos citados processos, cujas decisões em sendo favoráveis à CODERN, haverá o reembolso dos impostos pagos nos últimos 5 anos, bem como o cancelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado.

31.2 Distrato do Contrato da CMA-CGM

A saída da CMA-CGM, a partir da segunda quinzena de abril, ocasionou uma queda expressiva na receita de aproximadamente R\$ 3.598.740,00.

Por outro lado, a CODERN buscou a recuperação dessa perda por meio do seu Plano de Negócios e, como resultado desse trabalho, parte da recuperação dessa perda temos, ainda em 2023, o incremento das operações da Empresa Agrícola Famosa, exportadora de frutas que realizou o escoamento da sua produção, pelo Porto de Natal, gerando uma receita de R\$567.000,00.

Para 2024 a CODERN vem envidando esforços no sentido de reverter este cenário, criando ações efetivas para que o próximo exercício, seja o ponto de virada para a modernização das suas operações e para a retomada do crescimento consistente. Ações de impacto imediato para este ano estão em curso, com a atração de novas cargas (Sondas Terrestres e Cargas Vivas), a ampliação da operação de açúcar e do sal em big bag e a continuidade das operações de frutas em pallets, realizada pela empresa Agrícola Famosa. Aliado a isso, somam-se as ações preparatórias para os arrendamentos de áreas no pátio norte, pátio sul e o Terminal Marítimo de Passageiros, projetando receitas perenes por 25 anos.

31.3 Cisão do Porto de Maceió

Conforme ofício APMC nº 088/2022, de 25 de julho de 2022, o Porto de Maceió expressou interesse de realizar uma gestão de forma independente, comunicando a contratação de empresa de consultoria especializada, para realizar estudo de viabilidade econômica, administrativa e financeira do referido Porto.

Em 16 de maio de 2023, o Porto de Maceió, mediante ofício 058/2023, informou à CODERN a conclusão do aludido estudo, onde foi comprovada a capacidade econômica e financeira da APMC em realizar sua gestão independente, ou seja, desvinculada da CODERN. O estudo foi devidamente encaminhado ao então Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNPTA/MINFRA.

Em 31 de agosto de 2023, a SNPTA/MINFRA, emitiu Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA, onde analisou e apresentou exposição de motivos acerca da conclusão do citado estudo "O Estudo elencou algumas vantagens de uma possível gestão independente do Porto de Maceió, a exemplo de: Correção de uma antiga anomalia que perdura por mais de 31 anos, desde a extinção da Portobrás; Implantação da reestruturação de gestão proposta pela atual política setorial portuária, pelo Ministério Supervisor na gestão dos portos vinculados à Codern; Aumento de eficiência com resultados positivos quanto a redução de custos e aumento de competitividade do Porto de Maceió em benefício do da economia do Estado de Alagoas".

A presente Nota Técnica, em seu item 5.31 citou sugestão para criação de Empresa Pública Federal, “Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, a União foi autorizada a constituir, quando julgasse necessário, sociedades de economia mista ou empresas públicas para explorar portos, terminais e vias navegáveis localizados em um ou mais estados. Nesse sentido, a criação de uma Empresa Pública Federal é uma das alternativas para a administração do Porto de Maceió, sendo uma forma específica de descentralização em que a União cria uma entidade autônoma para executar determinadas atividades de interesse público”.

Conforme ofício nº 584/2023/SNPTA-MPOR, de 05 de setembro de 2023, foi apresentado a seguinte manifestação:” Por meio da Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7500903) e do Despacho nº 118/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7487878), com os quais estou de acordo, razão pela qual, diante das alternativas apresentadas para gestão do Porto de Maceió e do constante no item 5.31 da referida Nota, sugiro a criação de uma empresa pública federal nos moldes das seis já existentes (APS, Codern, Codeba, CDC, CDP e Portos Rio), eis que evidenciada sua viabilidade técnica e econômica.

Diante dos fatos acima elencados, vislumbra-se para a CODERN, no exercício de 2024, um cenário econômico/financeiro desfavorável, considerando a desvinculação do Porto de Maceió, o Resultado do Período sofrerá decréscimo, em função da Receita do Porto de Maceió representar 64% da Receita da CODERN, posição 30/06/2023.

ESTÉFERSON UBARANA GOMES DA SILVA
Diretor Presidente
CPF Nº 069.580.704-88

MÁRCIO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 217.997.417-53

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 590.476.905-91

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário - Contador - Técnico Portuário - Técnico Em Contabilidade**, em 09/05/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Almeida Machado, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 09/05/2024, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Esteferson Ubarana Gomes da Silva, Diretor Presidente**, em 29/05/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Josefran de Aquino Junior, Gerente de Recursos Financeiros**, em 29/05/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, Diretor Técnico e Comercial**, em 03/06/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8343382** e o código CRC **F27E99FD**.



Referência: Processo nº 50902.001246/2024-99



SEI nº 8343382

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330